

Mais dez se tornam réus na ação sobre o golpe

Pela primeira vez, Primeira Turma retira nomes do processo

Por Gabriela Gallo

Por unanimidade, nesta terça-feira (20) a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou nove militares e um agente da Polícia Federal, denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR), réus por integrarem o núcleo 3 do plano de tentativa de golpe de Estado. O colegiado acatou integralmente o voto do ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, em abrir uma ação penal para cada indiciado, com exceção de dois que estavam na denúncia do procurador-geral, Paulo Gonet.

O núcleo 3, ou núcleo militar, era responsável por elaborar ações táticas para implementar o plano. Dentre as ações, também estava o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Assim, passam a ser julgados pela Primeira Turma nove militares da ativa e da reserva do Exército Brasileiro e o agente da Polícia Federal (PF) Wladimir Matos Soares. Os militares do Exército são: Bernardo Romão Correa Netto (coronel), Estevam Cals Theophilo Gaspar De Oliveira (general da reserva), Fabrício Moreira de Bastos (coronel), Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel), Márcio Nunes Resende Júnior (coronel), Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel), Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel), Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel) e Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros



Gustavo Moreno/STF

Dez do “núcleo militar” se tornam réus por decisão da Primeira Turma

(tenente-coronel).

Os únicos indiciados que não se tornaram réus são o coronel da reserva Cleverton Ney Magalhães e o general Nilton Diniz Rodrigues. Em seu voto, Alexandre de Moraes avaliou que não há provas suficientes que sustentem abrir uma ação penal contra os militares sobre o caso. Os demais ministros que compõem a turma – Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e o presidente do colegiado, Cristiano Zanin – acompanharam integralmente o voto do relator.

Crimes

Como a denúncia da PGR é somente uma – que foi fatiada em grupos para acelerar o processo de julgamento na Suprema Corte – caso o STF torne os indiciados réus, os acusados serão investigados pelos crimes: golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, de-

teriorização de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União.

A sessão

Durante a sessão, Alexandre de Moraes citou reuniões entre os kids pretos (militares da ativa ou da reserva especialistas em operações especiais) para a elaboração de estratégias para pressionar os comandantes das Forças Armadas a aderirem à trama golpista. Segundo o magistrado, esses encontros evidenciam mobilização dos acusados para tentar implementar o golpe. “Não era uma reunião de amigos como foi dito [pelos defesas], conversa de bar, jogar conversa fora. Na verdade, era para jogar a democracia fora”, destacou o relator.

Em seu voto, ele apresentou slides com trocas de mensagens entre os acusados. Ao ler as mensagens exibidas, ele reiterou que a Suprema Corte já considerou errado o argumento de que o artigo 142

da Constituição classifica as Forças Armadas como “poder moderador”.

Demissão

Também nesta terça-feira o Partido Liberal (PL) demitiu Fábio Wajngarten, assessor e um dos advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro. A demissão ocorreu a pedido da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, dias após ser divulgada uma troca de mensagens entre Wajngarten com o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, divulgadas pelo UOL. Na conversa, ambos criticaram a possibilidade de o partido lançar Michelle como possível candidata à Presidência da República no lugar de Jair Bolsonaro.

“Prefiro o Lula”, disse Cid diante da possibilidade da ex-primeira-dama concorrer ao cargo. “Idem”, concordou Fábio Wajngarten. De acordo com o PL, as mensagens evidenciaram “deslealdade” do advogado.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Pedro França/Agência Senado

Izalci Lucas já garantiu lugar na investigação

Oposição escala senadores para CPI do INSS

Os senadores Izalci Lucas (PL-DF) e Rogério Marinho (PL-RN) já foram escalados, respectivamente como titular e suplente, entre os representantes do partido na CPI do INSS. Outro que deverá entrar na lista é Eduardo Girão (CE) — ele é filiado ao Novo, que integra o mesmo bloco do PL.

Também pediram para ficar entre os três titulares que o bloco pode indi-

car os senadores Magno Malta (PL-ES) e Marcos Rogério (PL-RO). Rogério, porém, já está na CPI das Bets, o que diminui suas chances.

A definição dos nomes será feita pelo líder do PL, Carlos Portinho (RJ). A prioridade dele, porém, é conseguir do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a leitura do requerimento de criação da CPI.

Cerca Davi

A apresentação do pedido tem que ser feita numa sessão do Congresso Nacional, também presidido por Alcolumbre. Ontem, Portinho e Marinho, líder da Oposição, aguardavam a chegada do colega ao Senado para cobrar dele a fixação de uma data para a leitura.

Experiência

Marinho foi secretário da Previdência entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2020. Izalci Lucas atuou como presidente da comissão mista que analisou a medida provisória enviada por Jair Bolsonaro ao Congresso e que tratava, entre outros pontos, de fraudes no INSS.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula quer encontrar um jeito de devolver o dinheiro

Governo não tem pressa e busca saída para aposentados

Já o governo, que desistiu de tentar barrar a CPI, não demonstra pressa em sua instalação. Quer esperar o avanço das investigações da Polícia Federal e o início da devolução de parte do dinheiro roubado de aposentados. Tenta, assim, melhorar sua imagem na história.

A maior dificuldade do Planalto é saber como

que a grana arrecadada de forma fraudulenta por diversas entidades vai ser entregue a aposentados e pensionistas.

Medidas como sequestro de bens e de valores de fraudadores dependem de ordens judiciais e são demoradas. Ninguém acredita que vá encontrar muito dinheiro em contas das entidades.

Centrão

Enquanto isso, o governo ganha tempo e procura avançar nas negociações com partidos do Centrão. Quer que eles indiquem para a CPI integrantes mais alinhados com o Planalto — mais uma vez, esses parlamentares serão decisivos no rumo das investigações.

Todos os lados

No Senado, as bancadas do PP e do Republicanos são mais alinhadas com a oposição; na Câmara, há muitos ligados ao governo. Cada uma das Casas terá 15 representantes titulares na CPI — eles terão, de cara, o papel decisivo de eleger presidente e relator do grupo.

Unidos

A política tem disso: comandada por políticos do PL bolsonarista, Portinho e Carol de Toni (SC), a Frente Parlamentar do Livre Mercado está ao lado de Lula na proposta de exploração de petróleo na chamada Margem Equatorial, que inclui a Foz do Amazonas.

Canudinho

Portinho ressalta que a demora brasileira em começar a exploração permite que a Guiana Francesa — região que pertence ao país europeu — “sugue” sozinha o petróleo na área. O assunto era o tema de um jantar dos integrantes da frente previsto para ontem.

Lula é recebido com vaias na Marcha dos Prefeitos

Por Karoline Cavalcante

Assim como no ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi vaiado nesta terça-feira (20) durante sua participação na 26ª edição da Marcha dos Prefeitos, em Brasília. As manifestações de desaprovação ocorreram em três momentos: ao subir ao palco, no início de seu discurso e ao finalizá-lo. O evento, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), oferece uma oportunidade para os gestores municipais buscarem apoio e estabelecerem um diálogo com o governo federal. A programação está sendo realizada no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) e segue até quinta-feira (22).

Apesar das vaias, Lula manteve a compostura e seguiu cumprimentando as autoridades presentes, entre elas parlamentares e governadores. Durante seu discurso, o presidente afirmou que sua gestão dialoga com todos os prefeitos, independentemente do partido a que pertencem. “Eu duvido que tenha algum prefeito de qualquer partido político que um dia possa dizer que ele não foi atendido no governo por causa de sua filiação partidária”, declarou.

Diálogo

Na ocasião, Lula destacou a importância do diálogo en-



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Lula ouviu vaias em três ocasiões na abertura da marcha

tre os entes federativos e afirmou que os problemas do país devem ser resolvidos “em uma mesa de negociação”, e não no Poder Judiciário. Ele também anunciou que o lançamento de uma política de crédito do governo federal voltada para a reforma de moradias está próximo. Segundo o presidente, a iniciativa é fundamental em um país que, embora seja a oitava maior economia do mundo, ainda enfrenta o desafio de milhões de pessoas vivendo em casas sem banheiro.

“O cidadão que quiser reformar sua casa, fazer uma garagem, um quarto, um banheiro,

tem o direito de ir ao banco e pegar um crédito com um juro mais barato possível”, afirmou. “Vamos fazer esse programa porque achamos que é uma necessidade”, completou o petista.

Dívidas

Ao abrir o debate, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 como pauta prioritária. Conhecida como PEC da Sustentabilidade Fiscal, a medida permite o parcelamento de obrigações previdenciárias nos municípios e amplia o prazo para o pagamento de precató-

rios. A proposta já foi aprovada no Senado e agora aguarda análise em uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Ziulkoski defendeu a inclusão de três emendas ao texto no relatório do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com o objetivo de aprimorar a versão aprovada pelos senadores.

“A PEC 66 é o grande motivo dessa multidão aqui. Nós tínhamos nas prefeituras do Brasil, há 15 anos, 5,5 milhões de servidores. Hoje, nós temos 7,5 milhões. E sabe aonde aumentou esse número? Os prefeitos não estão enchendo de cargo. Como que você vai fazer vacinação se não tiver vacinador? Ou alguém que vai fazer busca ativa?”, afirmou o presidente da entidade.

As três emendas defendidas pela CNM propõem: a aplicação automática das regras previdenciárias da União aos municípios que não conseguirem implementar normas próprias em até 18 meses; a ampliação do prazo e uma gradação no limite de comprometimento da receita para o pagamento de precatórios, com teto de juros reais de 4% ao ano; e a substituição da taxa Selic pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de correção das dívidas previdenciárias, além do refinanciamento das demais dívidas municipais com a União em até 360 meses, nos mesmos moldes já concedidos a estados.